



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

NOTA AOS BRASILEIROS

## **Retomada da abertura indiscriminada de escolas médicas coloca qualidade da assistência em risco, alerta CFM**

Diante do anúncio do edital para autorização de cursos de medicina, nesta quarta-feira (4), o Conselho Federal de Medicina (CFM) alerta a sociedade brasileira para o risco da abertura indiscriminada de escolas médicas, patrocinada pelo Governo Federal, comprometendo a qualidade, eficácia e segurança da assistência em saúde no País.

Essa decisão, repudiada veementemente pelo CFM, expõe o paciente e seus familiares ao risco de atendimento por profissionais que não receberam formação adequada. Sem acesso à infraestrutura mínima, o candidato a médico fica privado de ferramentas para sua capacitação. Infelizmente, esse cenário apresentará uma alta fatura a ser paga pelo País com a saúde e a vida de seus cidadãos.

Para o CFM, um curso de medicina deve funcionar em localidades que atendam, pelo menos, a três critérios: oferta de, no mínimo, cinco leitos públicos de internação para cada aluno; acesso de, no máximo, três alunos a cada Equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF); e presença de um hospital ensino.

Contudo, esses parâmetros têm sido ignorados em nome de uma subjetividade que compromete sua avaliação. Dessa forma, 80% das escolas médicas já existentes não cumprem pelo menos um desses três critérios, o que exige uma ação contundente de fiscalização.

É lamentável a forma como os Ministérios da Educação e da Saúde têm tratado essa questão de alta complexidade, pois o Brasil não precisa de mais médicos, mas de médicos melhor formados. Dados recentes mostram que ao contrário do que o Governo diz não faltam médicos no Brasil, mas sim uma política que atraia e fixe esses profissionais nas áreas distantes e na rede pública.

Finalmente, o CFM reitera que a retomada desse processo pelo atual Governo ocorre ao arrepio de seus apelos e de outras entidades médicas, que, em inúmeras oportunidades, ressaltaram os riscos inerentes ao aumento do número de escolas sem obediência a critérios mínimos.

Assim, em lugar de anúncios midiáticos e de apelo popular, cabe ao Governo criar políticas públicas para valorização dos médicos e profissionais da saúde, estabelecer limites para esse cenário de descontrole no ensino médico e garantir aos brasileiros acesso a uma assistência eficiente e segura, como só médicos bem formados podem oferecer.

*Brasília, 4 de outubro de 2023*

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**